

# Orçamento unificado depende de estatais

- 7 ABR 1985

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

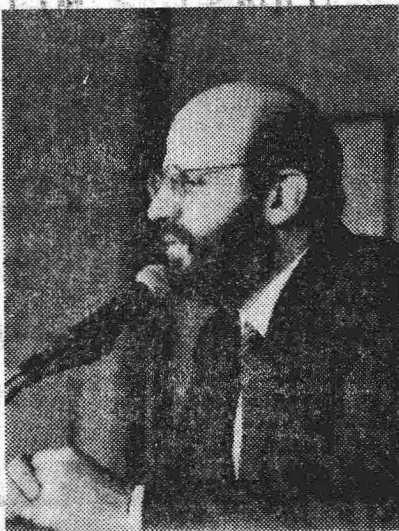
O ministro do Planejamento, João Sayad, está convencido de que a unificação dos três orçamentos do governo federal — o fiscal, o monetário e o das estatais —, além de possibilitar aos administradores da economia uma visão global das fontes e usos de recursos, permitirá o exercício de um efetivo controle político das receitas e despesas do setor público, através do Congresso. A preocupação maior é com a transparência do orçamento das empresas estatais, que este ano mobilizará recursos no montante de Cr\$ 330 trilhões, quase o dobro das receitas do orçamento fiscal e do orçamento monetário.

Contudo, a Seplan, e mais particularmente a Sest — Secretaria de Controle das Empresas Estatais —, ainda não tem uma visão nítida sobre como será feita, na prática, essa unificação. Para o secretário da Sest, Henri Philippe Reichstul, é preciso inicialmente fazer uma análise da estrutura do orçamento das estatais, para saber o que pode e o que não pode ser objeto de um estrito controle político, através de uma lei votada pelo Congresso.

## SISTEMÁTICA

Pela sistemática atual de orçamentação das estatais, a cada ano, no mês de agosto, a Sest define os parâmetros que serão utilizados na montagem do orçamento: correção cambial, correção monetária, taxa de inflação e dólar médio, correspondentes ao ano seguinte. Com base nesses dados, as empresas enviam, até outubro, suas propostas de receitas e despesas, as quais são ajustadas pela Sest, em função da estratégia global da economia. Via de regra, as propostas encaminhadas pelas estatais sofrem cortes drásticos, sobretudo nas dotações para investimentos. Em dezembro, o orçamento é consolidado e aprovado pelo presidente.

A elaboração do orçamento fiscal é menos problemática: fixados os parâmetros, que são os mesmos para o orçamento das estatais, a Secretaria de Orçamento e Finanças — SOF — órgão da Seplan, monta os grandes números e faz uma rodada de discussão com os ministérios em torno das propostas de orçamento por eles encaminhadas. Tudo isso tem de estar pronto para ser enviado ao



Arquivo

Sayad: controle efetivo

Congresso até o dia 31 de agosto, como exige a Constituição.

O orçamento monetário é o mais simples dos três. Ele é elaborado pelo Banco Central, com a assistência dos ministérios da Fazenda e do Planejamento e pode ser aprovado até o final do ano, não se constituindo em documento essencial à efetivação das operações especiais e de fomento, desenvolvidas pelo Banco Central a sua conta.

A primeira dificuldade consiste, portanto, em compatibilizar os prazos de elaboração dos três orçamentos em face do prazo constitucional de 31 de agosto. No caso do orçamento financeiro das estatais, que depende do nível de exportação, dos preços dos produtos exportáveis no mercado internacional e do nível da taxa de juros interno e externa, antecipar em seis meses a definição de valores é arriscado, pois pode exigir contínuas alterações de tetos, problemático em se tratando de projetos a serem submetidos à deliberação do Congresso.

Apesar desses problemas, a Seplan considera essencial estabelecer, já a partir de 1986, algum tipo de controle político sobre o orçamento das estatais. É possível a aprovação de uma lei definindo determinados parâmetros para as empresas do governo, como a fixação de limites de endividamento, de acesso ao crédito interno e externo, assim como a proibição de determinados investimentos, ou o redirecionamento deles.